

## Anápolis e a Educação Fiscal

Amanda Isaías Naves<sup>1</sup>  
Deyvison Dias Gomes<sup>2</sup>  
Idelma Ramos de Oliveira<sup>3</sup>  
Júlyany Menezes Silva<sup>4</sup>  
Leny Bandeira Melo<sup>5</sup>  
Márcio Correia Cesar<sup>6</sup>  
Mary Aurora da Costa Marcon<sup>7</sup>  
Olira Saraiva Rodrigues<sup>8</sup>  
Raquel Batista Magalhães Antonelli<sup>9</sup>

### Resumo

O artigo apresenta um programa que visa o desenvolvimento de ações, dentro da sociedade anapolina, com vistas à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania para fomentar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado. Além de justificar a implantação do programa e permitir o acompanhamento dos seus resultados, a pesquisa ora proposta permite que as ações desenvolvidas foquem em pontos específicos, considerados sensíveis pelas partes envolvidas, aumentando a sua efetividade. Os projetos: Projeto Ligados, Revista Anápolis Digital, AlunoTec, II Olimpíada Digital de Matemática e Formação de Professores são descritos como parte do programa, que visam à apreensão e à percepção da população anapolina quanto à função social dos tributos.

**Palavras-chave:** Sociedade anapolina; Cidadania; Educação Fiscal.

### Abstract

The article presents a program that aims to develop actions within the society of Anápolis, with a view to building a conscience focused on the exercise of citizenship to foster citizen participation in the functioning and improvement of the social and fiscal control instruments of the State. In addition to justifying the implementation of the program and allowing the monitoring of its results, the research proposed here allows the actions developed to focus on specific points considered sensitive by the parties involved, increasing their effectiveness. The projects: Projeto Ligados, Revista Anápolis Digital, AlunoTec, II Digital Olympiad of Mathematics and Teacher Training are described as part of the program, which aim at the apprehension and perception of the population of Anápolis regarding the social function of taxes.

**Keywords:** Society of Anápolis; Citizenship; Fiscal Education.

---

<sup>1</sup> Advogada. Bacharel em Direito – Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Tributário – IBDT. Idealizadora do Projeto Ligados.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas – UEG. Estagiário na Câmara de Vereadores de Anápolis.

<sup>3</sup> Graduação em Pedagogia – UEG. Especialização em Psicogênese da Língua Escrita – FINOM Faculdade de Minas e Administração Educacional – Universidade Salgado de Oliveira.

<sup>4</sup> Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental – UFG. Graduação: Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú. Licenciatura em Biologia – FUNESO Fundação de Ensino Superior de Olinda/PE (UNESP). Assessora Pedagógica em Tecnologia Educacional – SEMED/Anápolis.

<sup>5</sup> Graduação em Geografia – UEG. Licenciatura em Pedagogia – Faculdade de Educação Serrana. Pós-graduação em Orientação Educacional – Universidade Salgado de Oliveira.

<sup>6</sup> Licenciatura em Letras Inglês/Português – UEG. Coordenador do Programa de Educação Fiscal de Anápolis.

<sup>7</sup> Mestrado em Educação – PUC/GO. Especialização em Gestão Educacional – UEG. Graduação em Pedagogia – UEG. Graduação em Processamento de Dados – UNIMEP.

<sup>8</sup> Pós-doutoranda no Programa Avançado de Cultura Contemporânea – UFRJ. Doutorado em Arte e Cultura Visual – UFG. Mestrado em Educação – PUC-GO. Graduação em Letras – UEG. Docente da UEG e Assessora Pedagógica em Tecnologia Educacional – SEMED/Anápolis.

<sup>9</sup> Pós-graduação em Formação Socioeconômica do Brasil e Gestão Educacional – Universo. Graduação em História – UEG. Bacharel em Direito – UniEvangélica. Bacharel em Teologia – Faifa.

## Introdução

O município de Anápolis, situado entre duas cidades de grande relevância política para o país - Brasília, a capital do Brasil, e Goiânia, a capital do Estado de Goiás - reconheceu, nos últimos anos, a necessidade de dar a devida atenção para uma questão tão importante quanto à Educação Fiscal. Isto tornou-se preocupação para os atuais gestores municipais quando, provocados por representantes da sociedade civil, perceberam que, ao ignorar este assunto, deixavam de incentivar sua população a assumir uma postura mais ativa no que diz respeito aos problemas e possíveis soluções para as questões municipais. Dessa forma, viu-se a importância de se conceber e colocar em prática um Programa de Educação Fiscal - PEF - no município. O PEF trata-se de um conjunto de iniciativas que tem como objetivo expandir a consciência cidadã dos habitantes de Anápolis, fazendo com que possam vir a ser atuantes no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

Assim, instigado por membros da sociedade civil anapolina (que já vinham desenvolvendo um projeto de Educação Fiscal intitulado Projeto Ligados, desde o início de 2017 e procuraram a atual gestão para a expansão deste projeto), o legislativo municipal oficializou o início do programa de Educação Fiscal, cujo marco inicial é a promulgação da Lei Complementar N.º 369 de 2017, que “institui o Programa Contribuinte Legal com objetivo de desenvolvimento de consciência cidadã quanto a importância dos tributos e da valorização dos bons pagadores”.

Dentre outras iniciativas, esta lei cria um módulo de educação tributária (leia-se Educação Fiscal) que está dirigido, num primeiro momento, aos discentes da rede municipal de Anápolis, e, posteriormente, para todos os estudantes das redes pública e privada de ensino de Anápolis, abrindo espaço para distribuição de prêmios e títulos de reconhecimento para estudantes, em todos os níveis de ensino e escolas que tiverem interesse em participar do programa. Além disso, o módulo de modernização do sistema tributário dá a possibilidade para realização de concursos que visam a melhoria do sistema tributário municipal. Por fim, esta lei autoriza o uso de 0,5% (meio por cento) do orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda para financiamento de projetos ligados à Educação Fiscal.

Em reunião com representantes das secretarias da Educação e Fazenda e seus respectivos secretários municipais, acordou-se primeiramente que PEF-Anápolis teria como premissas principais: (1) a integração entre a Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ), a Secretaria Municipal da Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Recursos Humanos e membros da sociedade civil e que (2) suas ações seriam baseadas em estudos estatísticos a fim de aferir o real estado da população, no que diz respeito ao seu conhecimento sobre as questões ligadas à tributação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa sobre a percepção da população anapolina quanto à função dos tributos junto à rede pública municipal de ensino. O intuito é que esta pesquisa seja repetida anualmente para aferir a progressão dos resultados.

Além do Projeto Ligados, que foi recepcionado pelo PEF- Anápolis em 2017, vários outros projetos que já vinham sendo desenvolvidos pela SEMED foram também incorporados pelo programa no ano de 2018. Desse modo, foi possível dar maior celeridade à implantação do PEF-Anápolis. São eles: Projeto Revista Anápolis Digital, Projeto AlunoTec, II Olimpíada Digital de Matemática e Projeto da Formação de Professores. No ano de 2018, todos estes projetos contêm elementos que remetem à Educação Fiscal, tendo como tema: “A Importância dos Impostos para o Bem Comum”. Já no ano de 2019, o programa de Educação Fiscal de Anápolis será oficializado como projeto institucional da Rede Municipal de Ensino Público de Anápolis.

## **1. Educação Fiscal em Anápolis**

Dentre outros princípios que regem a Administração Pública, a Constituição Federal Brasileira de 1988, no caput do artigo 37, destaca o Princípio da Eficiência, que assevera a necessidade de qualquer política pública por ela formulada ser avaliada em função de seus custos e resultados. Assim, é que, antes de iniciadas as atividades pertinentes ao módulo de educação fiscal, convém avaliar a atual percepção da população anapolina quanto à função social dos tributos, a fim de determinar: a real necessidade do programa; e os impactos que, uma vez implantado, ele terá sobre a população atendida.

Ao se pensar em educação, deve-se ter em mente o envolvimento de toda a organização na construção de conhecimento de um indivíduo, na maioria das vezes, mediado pelo professor, através de ações que formarão o seu modo de ser. Assim, sendo indispensável para um mundo mais humano

que se privilegie os ideais de liberdade, paz, justiça social, com cidadãos participativos, cientes de seus direitos, deveres e responsabilidades sociais.

Portanto, os projetos relacionados à Educação Fiscal focam a conscientização da sociedade sobre a função social do tributo, com vistas ao despertar da consciência do cidadão para acompanhar a aplicação dos recursos.

Na prática educacional, a Educação Fiscal deve ser vivenciada em todas as disciplinas, tornando-se um tema transversal, oportunizando aos alunos a prática de atitudes cidadãs, tão necessárias nos dias de hoje. Com isso, projetos que foquem a Educação Fiscal se justificam pelo fato de a escola ser um local de construção de possibilidades que viabiliza a compreensão da realidade e a formação de indivíduos atuantes no meio em que vivemos.

Os projetos, aqui apresentados, possuem como finalidade principal o trabalho na escola e na comunidade escolar, mostrando a importância da Educação Fiscal para a construção de uma sociedade mais digna e participativa.

Percebe-se e espera-se que com o desenvolvimento destes trabalhos haja uma contribuição de forma positiva na sociedade anapolina, destacando o desempenho do cidadão, evidenciando seu papel como agente transformador do nosso meio com uma atuação consciente, digna e perdurável por gerações.

Em 29 de dezembro de 2017, foi sancionada pelo Prefeito de Anápolis, Sr. Roberto Naves e Siqueira, após a devida aprovação na Câmara Municipal, a Lei Complementar nº 369/2017 (LC nº 369/2017), que institui o Programa Contribuinte Legal, constituído por um conjunto de atividades destinadas à reflexão e ao desenvolvimento de consciência cívica quanto à importância dos tributos para o desenvolvimento social, político e econômico e à mobilização da sociedade e dos poderes públicos para o respeito e a valorização dos bons pagadores. Essas atividades estão organizadas em quatro módulos, sendo o terceiro deles destinado especificamente à educação fiscal (artigo 6º, inciso III, LC nº 369/2017).

Ao fazê-lo, o Município de Anápolis se alinha às diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), que tem como missão compartilhar conhecimentos sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, propondo-se a propagar os conceitos da Educação Fiscal. Esta disciplina, colocada pela Resolução/CNE/MEC nº 07/2010 como um dos componentes a ser trabalhado de forma transversal no currículo do ensino fundamental, é um processo educativo voltado

para o exercício pleno da cidadania, que estimula a participação do cidadão no controle social do Estado.

Em que pese a importância do tema, o Município de Anápolis ainda não dispõe de dados estatísticos e estudos específicos sobre Educação Fiscal que possam nortear suas ações. Dessa forma, é proposto tomar conhecimento da percepção da população anapolina quanto à tributação, às finanças públicas e ao exercício da cidadania. Com esses dados, a Administração Pública do Município de Anápolis pode obter conhecimentos que lhe ajudem a implementar, de forma mais acertada, políticas públicas voltadas para a conscientização de sua população quanto à função socioeconômica dos tributos, capacitando-a para o pleno exercício da cidadania.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa, sendo uma atividade nuclear da Ciência, possibilita maior aproximação e entendimento da realidade que se busca investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado e se dá por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real.

A pesquisa em tese, quanto à sua abordagem, é do tipo qualitativo-quantitativa, isto é, preocupa-se fundamentalmente com os aspectos subjetivos dos indivíduos ao mesmo tempo em que se utiliza de cálculos estatísticos sempre que conveniente para quantificá-los.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritivo-explicativa, uma vez que pretende descrever os fenômenos de determinada realidade e explicá-los.

Quanto aos procedimentos, será utilizado a pesquisa com survey. A pesquisa com survey pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002).

Para melhor adequá-la às circunstâncias presentes, a pesquisa está sendo realizada em duas etapas: a primeira, realizada no primeiro semestre de 2018, voltada apenas para os alunos da rede pública do Município de Anápolis (Ensino Fundamental 2), e a segunda, mais abrangente,

considerando a totalidade da população anapolina, com período de execução a ser definido oportunamente.

A pesquisa foi realizada, utilizando a ferramenta Formulários da empresa Google, onde foram entrevistados 259 alunos dos 6º ao 9º anos e 135 funcionários de escolas da rede municipal de ensino.

Para evitar viés no resultado da pesquisa, alguns cuidados foram observados: (1) foram selecionadas 9 escolas da rede municipal de ensino que já fazem parte do Projeto AlunoTec da SEMED, 8 (oito) destas escolas se encontram em bairros das extremidades da cidade e 1 escola no setor central. (2) Antes de serem aplicados os questionários, uma rápida apresentação dos objetivos da pesquisa era dada aos entrevistados, sem contudo, trazer nenhum tipo de explicação sobre definições internas do questionário. (3) Foram elaboradas perguntas objetivas com possibilidades de escolhas para estabelecer uma padronização e consistência de dados na pesquisa, além de uma pergunta aberta para verificar se o entrevistado estava respondendo as perguntas objetivas com consciência.

Já para evitar a duplicidade e inconsistência dos dados, os pesquisadores conduziram os entrevistados para o laboratório de informática da escola e preencheram o formulário Google no computador, que já estava ligado e com o formulário posicionado na primeira questão.

Esta pesquisa<sup>10</sup> foi divulgada em uma ampla reportagem<sup>11</sup> no Jornal Contexto com larga divulgação no município.

### **3. Programa de Educação Fiscal em Anápolis: Projetos**

#### **3.1 Projeto Ligados**

O Projeto Ligados tem como objetivo levar às escolas da rede pública do Município de Anápolis uma nova forma de trabalhar os conceitos da Educação Fiscal. Esta disciplina, colocada pela Resolução/CNE/MEC nº 07/2010 como um dos componentes a ser trabalhado de forma transversal

---

<sup>10</sup> Os resultados obtidos na pesquisa: Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/18GzgT7cSkEHjaHCI6NDaX0rcoCCnitbaanoDkodTwSc/edit?usp=sharing>>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

<sup>11</sup> A versão on-line na reportagem: Disponível em: <<http://www.jornalcontexto.net/projeto-de-educacao-fiscal-para-despertar-a-conscincia-cidad>> Acesso em: 23 de jul. de 2018.

no currículo do ensino fundamental é um processo educativo voltado para o exercício pleno da cidadania, que estimula a participação do cidadão no controle social do Estado. Através de uma experiência lúdica e concreta, os alunos são levados a identificar a tributação em seu cotidiano e reconhecer a sua função e significado.

O projeto parte do pressuposto de que a compreensão da forma como este recurso é captado pelo Estado e retorna à sociedade pode contribuir para que os serviços públicos sejam prestados de forma mais satisfatória, atendendo às reais necessidades da população. Através da dinâmica proposta, esse projeto torna acessível aos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental um conteúdo complexo, mas fundamental para o exercício pleno da cidadania.

A opção pela realização de uma dinâmica, no lugar da apresentação direta do conteúdo trabalhado pela Educação Fiscal, parte do pressuposto que o aprendizado não é um processo apenas racional, mas, sobretudo, emocional. Ao relacionar o conteúdo apresentado à vivência dos alunos, faz-se recurso ao afeto, que é elemento primordial do processo de aprendizagem.

Além de apresentar aos alunos informações valiosas a respeito da estrutura e funcionamento do Sistema Tributário Nacional, a dinâmica proposta desperta a consciência da função social da tributação, enquanto forma de custeio da prestação estatal. Ao oportunizar o entendimento, não apenas teórico, mas prático, da forma como o tributo pago pelo contribuinte retorna para a sociedade, na forma de prestação estatal, estimula-se no aluno o discernimento do seu papel de cidadão, titular de direitos e obrigações.

O reconhecimento da tributação em seu cotidiano traz ao aluno a percepção de que ele e sua família não apenas usufruem, mas também contribuem para o financiamento do serviço público por eles tomado. Além de identificar contrapartida que lhes cabe - fazer bom uso do serviço, valorizar o servidor, zelar pelo patrimônio público - esta percepção faz com que o aluno e sua família se sintam parte legítima para demandar a prestação de um serviço público de qualidade.

Na voz desse aluno, o Estado encontra uma crítica privilegiada da sua atuação, pois ninguém tem melhores condições de avaliar a qualidade do serviço público que o seu usuário. Estimula-se, assim, o controle externo da Administração Pública, que beneficia não apenas o Estado, mas a própria sociedade, que percebe as externalidades positivas da prestação de um serviço público de qualidade.

Além de fundamental para a correção das atuais distorções do Sistema Tributário Nacional, a compreensão da sua estrutura e funcionamento pela sociedade é essencial para a manutenção da

coesão social, na medida em que se reconhece que todos contribuem, segundo as suas capacidades, para a manutenção do Estado, cuja última finalidade é a promoção do bem comum.

O núcleo do projeto consiste na realização de dinâmica com os alunos do Ensino Fundamental 2, com o devido acompanhamento do professor regente, que ficará a cargo da preparação da turma.

Essa dinâmica consiste nos seguintes passos: 1. Distribuição de um formulário em que se pede que o aluno identifique e aponte o que poderia ser melhorado na sua escola, bairro ou cidade. 2. Apresentação dos conceitos de Federação e de divisão dos Poderes do Estado. 3. Realização de Eleição para a escolha do chefe do Executivo no Município, no Estado e na União. Aos alunos eleitos para os cargos de Prefeito, Governador e Presidente são entregues placas com a indicação de cada um dos respectivos entes federativos. 4. Indicação, na lousa, dos impostos de competência de cada um dos entes da Federação e apresentação dos fatos que dão ensejo à sua cobrança. 5. Convite do aluno “contribuinte” à frente e pede-se a ele que conte aos colegas sobre a sua rotina, e, à medida que conta, o aluno identifica as situações de tributação presentes no seu dia a dia, entregando ao colega eleito como chefe do Poder Executivo correspondente uma moeda de papel, simbolizando tributo devido. 6. Contagem das moedas recebidas pelos representantes de cada um dos três entes da Federação e recolhimento dos formulários entregues a cada um dos alunos, no começo da atividade, a fim de conhecer a demanda de cada um deles em relação à sua escola, bairro ou cidade. 7. Auxiliados pelo facilitador, os alunos identificam o ente da Federação responsável por cada uma das demandas apontadas no passo anterior, entregando ao respectivo aluno uma moeda, correspondente a uma parte do montante arrecadado. 8. Prestação de contas da arrecadação e da quantia gasta no atendimento às demandas dos demais alunos e recebimento de uma moeda em contrapartida por sua atuação.

O trabalho é concluído com uma reflexão acerca da condição de contribuinte de cada um dos alunos, que tem, além do dever de zelar pela coisa pública, a legitimidade para exigir uma prestação estatal de qualidade. Solicita-se, então, aos alunos a produção de uma redação em que relatem as suas impressões, dúvidas e sugestões a respeito do conteúdo trabalhado, respondendo à seguinte questão: “Por que nós pagamos tributos?”. O professor responsável fica incumbido de, nos dias seguintes à realização da dinâmica, recolher a redação produzida pelos alunos e disponibilizá-la para os coordenadores do projeto, para que possam ser avaliados os seus resultados.

Desde a sua concepção, o Projeto Ligados atendeu um terço das escolas que oferecem vagas no Ensino Fundamental 2, relacionadas a seguir:

Unidade Escolar	Endereço	Telefone	Gestor	Data da Atividade	Turmas Atendidas
E.M. Dr. Adahyl Lourenço Dias	Av. Wilmar A. Gomes Q.IV–Sto Dumont	3902-2013	Selma	07/03/2017	8º Ano 9º Ano
E.M. Gomes Santana Ramos	Rod. Jurema, s/nº - Sousânia	9229-8680	Suzana	12/03/2018	8º Ano 9º Ano
E.M. Inácio Sardinha de Lisboa	Av: Bernardo Sayão s/nº - Interlândia	3902-2600	Rosilda	26/10/2017	9º Ano
E.M. João Luiz de Oliveira	Av.Fayad Hanna s/nº– Cidade Jardim	3902-1459	Kelbia	02/06/2017	7º Ano 9º Ano
E.M. Raimunda de Oliveira Passos	Av. Francisco Alves esquina com Dr Laureano – Bairro da Lapa	3902-1140	Valdinéia	04/04/2018	8º Ano 9º Ano
E.M. Realino José de Oliveira	GVE Qd. 08 Lt. 20 – Setor Jandaia	3902-1112	Letícia	05/04/2017	9º Ano - Turma A 9º Ano - Turma B
E.M. Wady Cecílio	BR. 060 Km 114 – Chácara Boa Vista	3902-1519	Quênio	06/04/2017	8º Ano 9º Ano
E.M. Betesda Primavera	Rua JP 39 - Jardim Primavera 2A Etapa, Anápolis - GO	3902-1205	Sandra	08/06/2018	9º Ano - Turma A 9º Ano - Turma B

Tabela 1: Projeto Ligados – atendimento Ensino Fundamental 2 – SEMED/Anápolis

Por se tratar de uma iniciativa inovadora, com grande potencial de transformar a relação das comunidades em que as escolas estão inseridas com o poder público, o Projeto Ligados também tem



recebido destaque na mídia local, com uma matéria<sup>12</sup> feita pela TV Anhanguera, afiliada à Rede Globo de Televisão, transmitida em outubro de 2017: e a reportagem<sup>13</sup> publicada pelo Jornal Portal 6 Anápolis, em 29 de maio de 2018, por ocasião do lançamento do Programa Contribuinte Legal.

### **3.2 Revista Anápolis Digital**

A Revista Eletrônica Anápolis Digital é um projeto que contempla estratégias de divulgação técnico-científica, proporcionando um amplo acesso aos textos completos de artigos. A partir do segundo semestre de 2018, a revista realizará a divulgação para submissão de publicação de artigos com a temática: Educação Fiscal. Será um volume específico em edição especial que abordará subtemas que envolvam a importância dos impostos para o bem comum. Os acadêmicos, docentes e pesquisadores de instituições de ensino superior em Anápolis, de cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Administração e áreas afins serão os principais envolvidos na autoria dos artigos científico-acadêmicos.

Para esta publicação, serão selecionados pelos pareceristas que compõem o Conselho Editorial, os 10 (dez) melhores artigos científicos, em formato digital e impresso. O projeto culminará com um coquetel em comemoração ao Dia Municipal do Contribuinte - dia 23 de novembro de 2018 – além do I Seminário da Revista Anápolis Digital, por meio de palestra e apresentação dos artigos publicados pelos autores.

### **3.3 Projeto AlunoTec**

Esse projeto tem como vertente principal a implantação de monitores entre os alunos da Rede Municipal de Educação de Anápolis. Seus objetivos principais são: a implantação de um processo de ensino e aprendizagem mais contemporâneo que se traduz em uma educação mais participativa por parte dos alunos; a diminuição da evasão escolar; e o desenvolvimento do pleno exercício da cidadania.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://youtu.be/nwXk3yov080>>. Acesso em: 2 de jul. de 2018.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://portal6.com.br/2018/05/29/mais-alunos-da-rede-municipal-de-anapolis-vao-ter-nocoas-de-educacao-fiscal1/>>. Acesso em 2 de ju. De 2018.

Considerando tais objetivos, definiu-se que a temática para o ano de 2018: “Bullying: Brincadeira sem graça!!” e “Educação Fiscal: A Importância dos Impostos para o Bem Comum”.

Nesse projeto, o conteúdo sobre a Educação Fiscal está sendo ministrado a 30 alunos monitores de 17 escolas da Rede Municipal de Ensino que servirão como multiplicadores do tema por meio de artefatos tecnológicos, visando a interlocução entre a cultura digital em que esses sujeitos estão inseridos e a comunidade escolar. Além disso, 10 (dez) alunos monitores destes 30 alunos, que se destacarem no programa receberão, como incentivo, um dispositivo Móvel Híbrido - tablet/notebook. Para selecionar os ganhadores deste prêmio, os avaliadores irão considerar a Ficha de Desempenho do Aluno e os melhores vídeos e atividades online produzidos por eles.

O Projeto AlunoTec está sendo desenvolvido entre os alunos de 4º ao 9º Ano da Rede Pública Municipal de Anápolis, que têm interesse em se apresentar como voluntários. A seleção foi feita pelos professores titulares da turma e pela equipe gestora da unidade escolar. O aluno pode exercer as atividades de monitoria tanto no turno e turma que se insere, quanto no contra turno.

### **3.4 II Olimpíada Digital de Matemática**

A II Olimpíada Digital de Matemática (II ODM) é realizada pela Secretaria Municipal de Educação. Nesse ano de 2018, terá a Secretaria Municipal da Fazenda como parceira para promoção do Projeto de Educação Fiscal.

A II ODM consiste em provas on-line de Matemática que terão a Educação Fiscal como tema transversal. É dirigida aos alunos do 4º e 8º anos do Ensino Fundamental Regular das Escolas da Rede Municipal de Anápolis/GO, bem como a seus respectivos Professores e Unidades Escolares. Conforme acordado pelo Grupo de Educação Fiscal, em cada etapa das provas da Olimpíada, no mínimo, 30 (trinta) por cento das questões serão específicas sobre Educação Fiscal.

A ODM está dividida em duas etapas: A primeira etapa será realizada na própria escola e cada unidade escolar escolherá o melhor aluno de cada turma para participar. Nessa etapa, serão selecionados 40 (quarenta) alunos, sendo 30 (trinta) do 4º ano e 10 (dez) do 8º ano. Estes alunos participarão da segunda etapa que ocorrerá no Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOPE, em Anápolis.

O primeiro lugar dos 4º e 8º anos serão premiados com dispositivo móvel híbrido (tablet/notebook) e para o professor do aluno classificado em primeiro lugar do 4º, como também para o professor do aluno classificado em primeiro lugar do 8º ano serão premiados com notebooks em formato chromebook. As três escolas que obtiverem maior pontuação no Ideb serão premiadas com SmartTV de 50’.

### **3.5 Formação de Professores**

Concomitantemente com os projetos já apresentados, haverá a formação dos professores de Matemática do Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano). Essa formação ocorrerá em parceria com o Grupo de Educação Fiscal Estadual de Goiás (GEFE/GO) que será responsável pela ministração do “Curso saberes e práticas de Educação Fiscal” nos dias 03 de Agosto de 2018 e 10 de agosto de 2018 e do curso de “Cidadania Fiscal on-line”. Ao final do curso, os professores deverão criar e aplicar um projeto sobre o tema de Educação Fiscal na Unidade Escolar em que trabalham. Os 03 (três) melhores projetos serão premiados com uma bonificação no valor de R\$ 500,00 para cada professor.

O pré-requisito para a premiação será a formação desse profissional no curso “Educação Fiscal: Caminho para a Cidadania”, ministrado pelo Grupo de Educação Fiscal Estadual de Goiás (GEFE/GO). As evidências exigidas para a premiação constarão no regulamento do projeto de formação de professores.

### **Algumas considerações**

A pesquisa, por meio do Programa de Educação Fiscal, visou a conscientização da população anapolina quanto ao exercício da cidadania por meio do conhecimento do funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

O papel de cidadão e sua condição de titular de direito e obrigações, bem como a consciência da sua legitimidade para demandar prestação estatal empoderam a população, dando-lhes subsídios para que conheçam a origem e a função dos tributos, bem como os mecanismos fiscalizatórios para que possam contribuir para a melhoria do Estado.

Percebeu-se, ao observar municípios onde o Programa de Educação Fiscal já é realidade, que se bem planejado e executado é vantajoso tanto para os gestores quanto para a população em geral. Primeiramente, em razão da possibilidade de incrementar arrecadação municipal, uma vez que seus habitantes passam a conhecer, efetivamente, os direitos e obrigações pertinentes à tributação que envolvem o cidadão. Dessa forma, tenderiam a sonegar menos, pois passariam a se ver como “sócios” do poder público, no sentido de que contribuem financeiramente por meio do pagamento de impostos, além de buscar economizar nos serviços a eles prestados.

Por meio da pesquisa, foi possível apreender a percepção da população anapolina quanto à função social dos tributos, justificando a implantação do programa municipal de educação fiscal e possibilitando o acompanhamento dos seus resultados.

Além disso, o conhecimento gerado através do estudo possibilitará a orientação quanto à formulação das políticas públicas voltadas para a conscientização da população anapolina em relação à função socioeconômica dos tributos, de forma a capacitá-la para o pleno exercício da cidadania.

## Referências

**Constituição Federal Brasileira de 1988**, no caput do artigo 37. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

**Lei Complementar n.º 369 de 2017**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1562118.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2018.

**Resolução/CNE/MEC n.º 07/2010**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2018.